

O DESENVOLVIMENTO QUE BUSCAMOS PARA PORTO ALEGRE

Carlos Eduardo Gomes Macedo¹

1 - INTRODUÇÃO

O tema deste painel requer que nos debrucemos sobre a seguinte questão: as políticas subnacionais de desenvolvimento econômico são suficientes para enfrentar o novo regime de acumulação baseado em processos de produção altamente flexíveis sem um projeto nacional de desenvolvimento coordenado pelo Estado? No decorrer deste trabalho teceremos algumas argumentações que reafirmam a necessidade de gerência política da economia que ultrapassa as relações intermediadas pelo mercado na solução dos problemas socioeconômicos regionais/locais.

2 - RETOMANDO A IMPORTÂNCIA DO ESTADO

Não acreditamos em desenvolvimento econômico regional sustentado sem uma articulação com um projeto nacional de desenvolvimento. Baseamos nossa argumentação no fato de que nem mesmo nos países centrais a participação ativa do Estado, através de políticas deliberadas de proteção e incentivos à economia local, deixou de existir. A proteção aos produtos agrícolas pelos países da União Européia é um exemplo de como os produtores destes países conseguem fazer valer seus interesses. A rigor a União Européia tem conduzido sua política regional a partir dos chamados fundos *estruturais* que, em síntese, se direcionam para o desenvolvimento econômico das regiões atrasadas, visando sua recuperação, utilizando-se os fundos para realização de investimentos, de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, apoio às médias e pequenas empresas, educação profissionalizante, pesquisa e tecnologia (Klink, 2001). Em relação às zonas afetadas pelo declínio industrial, as ações estão centradas na geração de

¹ Economista da Gerência de Informações da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local da Prefeitura de Porto Alegre.

emprego e renda no contexto na nova configuração regional, através de centros tecnológicos, capacitação, infra-estrutura para o meio ambiente e desenvolvimento econômico (Klink, 2001). O envolvimento dos Estados nacionais na análise dos projetos regionais e locais que demandam financiamentos envolve desde a filtragem de tais projetos até a própria elaboração conjunta dos mesmos com as regiões/locais proponentes. Por fim, a própria existência do Fundo de Coesão Social, responsável pela implementação de uma rede de proteção social nas regiões afetadas, demonstra quão intensivo é o envolvimento do Estado-nação europeu na execução e financiamento das políticas regionais (Klink, 2001).

Entendemos que, embora relevante do ponto de vista histórico, não se trata da discussão sobre quem é anterior: os Estados nacionais ou os núcleos regionais que lograram desenvolvimento industrial diferenciado². No máximo consideramos que bons exemplos devem ser replicados ou embasem políticas nacionais de desenvolvimento econômico. Nosso receio é que explicações fundamentadas apenas em características históricas-culturais possam acordar teorias desintegradoras de um projeto de desenvolvimento da nação. Não esqueçamos que, em que pese ter representado um divisor de águas na compreensão sobre as origens dos diferentes níveis de desenvolvimento italiano, Putnam obteve como resposta fundamental à sua indagação sobre as origens da comunidade cívica, fatores históricos/culturas que remontam à Itália medieval. O próprio Putnam reconhece no capítulo 5 de **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna** que “constatações a respeito dos antecedentes culturais do desenvolvimento são mais instigantes do que propriamente conclusiva. [...] Não há uma relação de causa e efeito, mas um processo dialético de reciprocidade” (Putnam, 2002, p.171.).

² No Documento FEE 59 de maio de 2004, Carlos Paiva sugere que a emergência de focos e núcleos regionais de desenvolvimento industrial, como a Terceira Itália, antecedeu a constituição de Estados nacionais aptos e dispostos a apoiá-los. Alerta-se, entretanto, que Carlos Paiva não é partidário da redução de intervenção do Estado na economia, sugerindo que aos governos estaduais cabem articular, coordenar e dar consistência inter-regional para os projetos de desenvolvimento articulados nos planos sub-regionais (Paiva, 2004). Tal posição deste autor é mais do que teórica, pois o mesmo foi um dos coordenadores do Marco Referencial do Plano Plurianual 2004/2007 do Estado do Rio Grande do Sul. Em um outro texto, Carlos Paiva, ao analisar as contribuições de Michael Porter para desenvolvimento das aglomerações, lembra que quem deve investir nestas é o setor público. Acrescento que o setor público engloba a esfera pública estatal. No mesmo texto, Paiva sustenta que é tarefa do Estado “investir e estimular a potencialidades produtivas de uma região e arcar com os investimentos necessários à constituição de uma aglomeração [...]” (Paiva, In: Becker e Bandeira, 2002).

Consideramos, pois, que explicações calcadas **apenas** em bases histórico/culturais podem gerar a seguinte situação: hoje diferenciamos regiões, amanhã cidades, depois regiões dentro da cidade e, por fim, estaremos diferenciando bairros e parte destes bairros, criando uma sensação de fragmentação que, em uma época de individualismo exacerbado, parece pôr em risco a convivência social. É preciso, desde logo, afastar qualquer explicação evolucionista para a desigualdade no desenvolvimento regional. Explicações baseadas na *path dependence* podem nos ajudar a compreender diferenças históricas, mas não devem engessar nossas possibilidades futuras na busca do desenvolvimento. Será necessária a participação do Estado no sentido de fazer com que as forças centrípetas não sejam superadas pelas forças centrífugas e que a horizontalização consiga se impor à verticalização. De resto, uma função complexa que só pode ser levada a cabo pela coordenação do Estado, pois a integração territorial não tem sido preocupação do projeto ultraliberal baseado nas reformas orientadas pelo mercado.

3 - CAMINHANDO SOBRE O OMBRO DE GIGANTES

Se a condição para o desenvolvimento subnacional está imbricada com a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento, como então estabelecer uma ponte entre as condições gerais macroeconômicas do país e as necessidades microeconômicas específicas de arranjos locais particulares (Lastres, Vargas e Lemos, 2000)?

Uma resposta cabal a tal questão não é possível a partir das experiências recentes de que dispomos. Mesmo os exemplos da Terceira Itália (Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia Giulia, Emilia-Romagna, Toscana, Marche e parte da Lombardia), Rhones-Alpes na França, Baden-Württemberg e Baviera na Alemanha, Suíça e Áustria precisam passar pelo teste do **tempo econômico**³ para servirem de modelos suficientes de desenvolvimento

³ O tempo econômico, ou seja, aquele vinculado às metamorfoses do capitalismo tem sido implacável na destruição de modelos sustentáveis de desenvolvimento econômico. Modelos que em épocas passadas eram dados como suficientes e passíveis de replicação sucumbiram diante das crises inerentes ao capitalismo. Não esqueçamos que durante o regime acumulação fordista/keynesiano e, enquanto tínhamos uma indústria infante, o modelo de substituição de importações logrou êxito no processo de industrialização brasileira. Atualmente, sua utilidade diante do regime de acumulação flexível parece questionável.

regional. Até quando estas regiões conseguirão se impor à tendência à oligopolização do capitalismo é uma incógnita. O que sabemos é que estas regiões conseguiram manter um alto nível de desenvolvimento diante das adversidades criadas pela competitividade global. Esta performance, por si só, nos indica que existem caminhos alternativos à simples atração de empreendimentos via incentivos fiscais.

Do ponto de vista da economia política, entendemos que a abordagem da questão regional não é tratada diretamente, ou pelo menos não é intenção direta dos textos básicos de Economia. Contudo, podemos encontrar elaborações teóricas que nos ajudam a compreender por que alguns países e/ou regiões se desenvolvem mais do que outras. Grosso modo, podemos encontrar a base teórica para a compreensão dos diferentes níveis de desenvolvimento regional em Marshall (os distritos marshallianos) e em Schumpeter (a inovação com elemento dinâmico). A maioria dos trabalhos mais atuais terá uma filiação teórica mais ou menos estreita com as teses destes dois autores e com alguns autores da Sociologia, em especial, Weber e Putnam. Também encontramos subsídios importantes em Douglas North⁴ e em Michael Porter⁵.

Partindo, pois, da hipótese de que a presença do setor público – em suas dimensões estatal e não-estatal – é imprescindível para o desenvolvimento local sustentado, vislumbramos, a partir do referencial teórico e prático acima descrito, três caminhos possíveis de serem trilhados.

O primeiro é bem conhecido, pois foi foco de discussões acaloradas no caso da não instalação da planta da Ford no Estado do Rio Grande do Sul. Referimo-nos ao caminho baseado em incentivos fiscais como forma **preponderante** de atração de grandes empresas que, conforme supõem seus defensores, podem alavancar – com supostos efeitos multiplicadores a jusante e a montante – o desenvolvimento de uma região. Não cremos em tal caminho até porque, do ponto de vista da geração de empregos diretos e indiretos,

⁴ O trabalho de North a que estamos fazendo referência é “Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University Press, 1990”.

⁵ De Porter tomamos como referência: A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

Najberg e Vieira⁶ (1996) concluíram que, mesmo com a persistência de um *trade-off* entre crescimento econômico acelerado e elevado nível de emprego, “[...] há um pequeno conjunto de setores, composto pelas atividades de **agroindústria, madeira e mobiliária, artigos de vestuário e fabricação de calçados, que, simultaneamente, aceleram o desenvolvimento econômico e geram emprego**”.(grifos meus). Sendo o estudo das autoras feito para o nível nacional, parece clara a isenção em relação ao debate regional que se travou à época da não instalação da Ford no RS. Nosso entendimento é que o uso de incentivos só faz sentido em casos em que fica patente a importância de tal instrumento na solidificação de determinada cadeia de valor ou arranjo produtivo. Contudo, não devem ser utilizados sem que se tenham diagnósticos dos efeitos a jusante e a montante da cadeia de valor, bem como sobre o estágio em que se encontram as sinergias entre os agentes do arranjo produtivo.

O segundo caminho está associado ao que podemos chamar de **via globalista** e se centra no que Castells denomina de o “fenômeno da cidade global”. (Castells, 2005). Segundo Castells, tal fenômeno está associado a “um processo de conexão de serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área *vis-à-vis* a rede global”. (Castells, 2005). Esta abordagem também pode ser encontrada em Jordi Borja e Saskia Sassen. Para as cidades como Porto Alegre, ganha relevância o conceito de **idades globais** de Sassen (1998), nas quais as atividades de finanças e serviços especializados destinados às empresas e a produção de inovações constituem a base da economia. Este enfoque precisa ser visto sem xenofobismos, pois avança em muito na compreensão da inserção das economias emergentes no mundo globalizado.

Sua proposição de que às cidades cabem um papel de protagonistas políticos e promotor do desenvolvimento econômico representa um avanço *vis-à-vis* ao projeto de desenvolvimento de corte ultraliberal que caracterizou a abertura irrestrita da economia

⁶ O Trabalho utilizou dois modelos distintos de geração de emprego: um baseado nas relações técnicas da Matriz Insumo-Produto (MIP) de Leontief para cômputo de número total de empregos; e outro acrescentando equações endógenas de comportamento para o consumo privado, sendo que neste último modelo os multiplicadores de impacto são maiores e mais realistas, pois agregam aos coeficientes técnicos de produção da MIP os coeficientes relativos ao comportamento do consumo privado.

brasileira no início da década de 1990. Reputamos de maior interesse os avanços que este enfoque introduz, pois conseguiu demonstrar que, além das exigências de competitividade em nível internacional, os agentes econômicos externos passaram a considerar que um ambiente social com menos desigualdades é fundamental como atrativo de investimentos. A inserção competitiva na sociedade dos fluxos passa a exigir que as cidades construam ambientes propícios ao investimento externo assegurando condições de competitividade sistêmica dado que isto tende a reduzir os riscos sistêmicos. Com efeito, cabe a cidade organizar um ambiente receptivo ao investimento externo tanto do ponto vista da infraestrutura necessária à instalação de empreendimentos de alto valor agregado quanto do ponto de vista da qualidade de vida de seus habitantes, posto que a cidade competitiva deve mostrar um grau de pobreza, marginalização e violência tolerável para não perder atratividade (Klink, 2001).

Duas contribuições nesta abordagem merecem destaque: a) relativiza as previsões catastrofistas de que com a globalização muitas regiões e/ou localidades desapareceriam, e b) enfatiza a necessidade de impulso dos governos na estruturação das empresas para competição na economia global. Segundo Castells, com o **impulso dos governos** e elites empresarias, as regiões podem se estruturar para competir na economia global, estabelecendo **redes de cooperação com as instituições regionais e entre as empresas locais**, ou seja, “as regiões e as localidades não desaparecem, mas ficam integradas nas redes internacionais que ligam seus setores mais dinâmicos”.(Castells, 2005, grifos meus).

Em que pese estes avanços, ainda não vemos nele um caminho suficientemente seguro para o desenvolvimento local, em especial para a cidade de Porto Alegre. Mesmo sendo Porto Alegre uma cidade passível de se colocar com algumas vantagens na hierarquia da rede nacional de grandes cidades competitivas, posto que sua economia conta uma estrutura econômica baseada em serviços especializados, ainda temos grandes gargalos sociais que podem afastar investidores que demandam, além de uma boa estrutura de serviços e um mercado mais flexível de mão-de-obra, uma sociedade em que as desigualdades sociais podem desestabilizar o frágil ambiente socioinstitucional propício aos investimentos típicos de uma sociedade global.

Outro problema de cunho estrutural e que de resto tem acompanhado a forma histórica com que o Brasil se inseriu na economia mundial se refere às etapas do processo de produção que cabem ao país nas redes de “cooperação” das grandes corporações-rede, vale dizer: qual nosso lugar na divisão internacional do trabalho. Enquanto duas ou três centenas de pessoas são empregadas pela Benetton, na Itália, para realizar atividades de alto valor agregado (informação nas mais diversas formas sógnicas), outras 800 pessoas são empregadas na Califórnia desempenhando outras funções com valor agregado menor do que o pessoal empregado na Itália, mais ainda vinculadas às atividades de obter, registrar e comunicar informação sógnica, restando a cerca 450 oficinas de confecção espalhadas pelo Sudeste Asiático e que empregam cerca 25 mil pessoas, as atividades de baixíssimo valor agregado e que envolvem apenas funções de montagem. O modelo desenhado em um computador na Itália estará afinal *objetivado* em um suporte de pano, num país qualquer da Ásia (Dantas, 1999). Não obstante termos atingido um estágio mais avançado na divisão internacional do trabalho nas últimas décadas, ainda persistem assimetrias significativas em relação aos países desenvolvidos, em especial em áreas onde o conhecimento é a moeda de troca.

Por fim, a ênfase excessiva na competição entre cidades parece reduzir as relações sociais a relações de mercado, nas quais cidadãos passam a desempenhar funções como se estivessem dentro de uma grande corporação chamada cidade. Não podemos riscar cidades do mapa em função de sua falta de competitividade como se descartam empregados de uma empresa que não consegue manter sua competitividade.

Há ainda um terceiro caminho, não tão diferente do segundo, mas que avança mais um pouco na tarefa de prospectar elementos endógenos que nos dêem mais segurança na busca de um projeto de desenvolvimento local. Nesta terceira alternativa podemos contar com as contribuições surgidas nos âmbitos da Secretaria de Coordenação e Planejamento, da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande

do Sul⁷ e da RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais)⁸.

As contribuições destas instituições estão baseadas nas proposições teóricas e práticas que envolvem uma gama extensa de autores e exemplos de sucesso em desenvolvimento regional/local. Sumarizando, podemos dizer que estas contribuições buscam seus argumentos em autores que vão de Marshall a Porter, passando por Schumpeter, Piore & Sabel, Lundvall, Freeman, Perez e Scmitz, entre outros. Retomar os enfoques de cada autor bem com as práticas bem sucedidas não cabe nos propósitos de nosso trabalho. Referimos apenas que as contribuições teóricas oscilam entre os conceitos de distritos marshallianos e inovação schumpeteriana. Evoluções, como a importância do conhecimento tácito no processo de capacitação social, também perpassam as várias teorias que embasaram projetos de desenvolvimento econômico local.

Todas estas contribuições, umas mais outras menos, nos levam a crer que um bom caminho a ser trilhado na busca da endogeneidade do desenvolvimento pode ser o de incentivo à prospecção e solidificação de sistemas locais de produção (SLPs). Nosso entendimento é que este tipo de arranjo econômico é o mais propício diante das adversidades criadas pela competitividade global. Sua superioridade em relação aos outros caminhos está em conjugar competitividade empresarial e capacitação social. Nesse sentido, ultrapassa as limitações impostas pela lógica das relações intermediadas apenas pelo mercado. O elo entre competitividade empresarial e capacitação social pode ser construído a partir de um **sistema de inovação** centrado na combinação de conhecimento tácito e conhecimento codificado.

⁷ Fazemos referência a dois trabalhos de fôlego que representam um marco na elaboração de diagnósticos necessários à implementação de políticas públicas para o desenvolvimento regional: Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007, coordenado por Carlos Paiva e Gláucia Campregher, e Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção: a construção de uma política pública no RS, coordenado por Clarisse Chiapini Castilhos.

⁸ Rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os primeiros trabalhos desta rede foram desenvolvidos no âmbito de um contrato com o BNDES/FINEP/FUJB que se denominava “Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico”.

Entendemos Sistemas Locais de Produção como uma evolução na forma e no conteúdo das relações que se dão no âmbito das aglomerações econômicas. Nesse sentido, poderíamos pensar em um caminho ascendente que vai da aglomeração, passando e pelo arranjo, até chegar em formas mais evoluídas de relações intra e entre empresas e entre estas e o contexto socioinstitucional. Com efeito, a partir deste conceito busca-se ultrapassar as limitações das abordagens centradas apenas nas relações microeconômicas, avançando em direção à necessidade de uma coordenação externa ao mundo estrito da produção, mas interna à região econômica relevante. A empresa não inova sozinha, pois as fontes de informação, conhecimento e inovação podem se localizar tanto dentro com fora dela. **O processo de inovação é, portanto, um processo interativo, realizado com a contribuição de variados agentes econômicos e sociais que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos** (Lemos, 1999. Grifos meus). Nesta perspectiva, ganha importância o fato de que o desenvolvimento econômico passa a ser influenciado por: a) variados formatos **organizacionais em redes** para promoção da interação entre diferentes agentes, tais como **arranjos locais de empresas, clusters e distritos industriais**, e b) o ambiente nos quais estes se estabelecem. (Lemos, 1999. Grifos meus). O território econômico ganha relevância *vis-à-vis* ao território geopolítico. Por um lado, porque as cornubações impedem o reconhecimento exato dos limites entre cidades grandes como Porto Alegre, por outro, porque as cadeias de valor podem ultrapassar, e em geral ultrapassam, os limites geográficos dos municípios. Em situações deste tipo, ganha relevância a possibilidade de **gestão política da economia** e, por decorrência, o reconhecimento de cabe ao Estado, em suas esferas pública estatal e não-estatal, se responsabilizar pela política econômica regional. Neste contexto, imprescindível se torna a formatação de instituições que possam mediar o diálogo entre os vários municípios que compõem uma determinada região.

Sendo Porto Alegre o núcleo da Região Metropolitana, caberia à Prefeitura de Porto Alegre realizar os movimentos necessários de articulação dos atores econômicos e sociais da região no sentido de fazer um diagnóstico da situação socioeconômica da mesma, analisando suas cadeias de valor e o estágio das aglomerações. Tal atividade deveria envolver o desenvolvimento de uma metodologia de prospecção de arranjos que nos

permitisse verificar os gargalos e insuficiências da matriz produtiva da região bem como o nível de sinergia entre os agentes sociais e econômicos.

Creemos que um movimento deste tipo, levado a efeito pelo executivo municipal em parceria com as instituições de pesquisas, na confecção de um diagnóstico preliminar a ser discutido e ampliado com a participação da sociedade civil, poderia ser um passo fundamental na direção da cidade que queremos. Desde já, é imprescindível a formatação de uma agência de desenvolvimento regional para RMPA.

Quando começamos a tecer os argumentos de defesa do terceiro caminho, dissemos que este não era tão diferente do segundo, pois o problema da posição subordinada que ocupamos na rede global parece ainda nos reservar surpresas, mesmo no âmbito de um SLP.

Fazemos referência aos problemas de falha na cooperação local e ao poder das vantagens externas sobre os atores de um arranjo. Schmitz (2002), ao analisar a indústria calçadista do Vale do Sinos, relata que estas falhas decorreram de dois motivos: a) os governos (federal, estadual e municipal) não demonstraram comprometimento e competência para mediar os conflitos entre alguns atores locais, e b) a dependência dos produtores locais em relação a um pequeno número de compradores externos. Este segundo problema reafirma nossa preocupação com os limites impostos à troca de conhecimento, pois os compradores externos se negam a colaborar quando as trocas se referem às etapas de maior valor agregado e conteúdo informacional, em especial, as referentes a *design* e *marketing*. Resta-nos a esperança de que essas falhas estejam associadas ao baixo nível de sinergia no SLP investigado por Schmitz.

Outro receio nosso deve-se ao fato de que, mesmo avançando em relação à via globalista, no terceiro caminho ainda resta, mesmo que em menor nível, uma exacerbação da questão da competição como fundamento para que uma região logre atingir o desenvolvimento endógeno. Não negamos que a endogeneidade do desenvolvimento esteja intimamente ligada à capacidade de inovar das empresas. Nossa preocupação é transferir relações típicas do mundo empresarial para a vida social sem que se faça uma mediação que estabeleça os limites de aceitação de tais relações. Reafirmamos: não podemos tratar as

relações sociais, mesmo que elas tenham como substrato relações sociais de produção, como relações de mercado. O modo de produção capitalista tem suas formas de se adaptar a crises. Acreditamos que arranjos produtivos em consonância com arranjos sociais expressam uma nova forma de regulação do capitalismo na busca de conciliar um regime de acumulação altamente flexível com o um novo modo de regulação. Nesta nova forma de regulação cabe ao Estado funções que estão além das simplificações do estatismo e do Estado mínimo. O certo é que sem a participação do Estado não existiria regulação⁹. Esperamos que os pensadores continuem a nos sustentar sobre seus ombros para que possamos evoluir nas alternativas de desenvolvimento.

4 – CONCLUSÃO

Nossa contribuição ao debate proposto pelo COMUDES buscou retomar a importância dos projetos regionais/locais de desenvolvimento estarem concatenados com um projeto nacional de desenvolvimento coordenado pelo Estado. Conciliar estratégias macroeconômicas com projetos regionais/locais é função inarredável do Estado. No âmbito regional/local, esta perspectiva impõe aos executivos municipais a função de **gestores políticos da economia da cidade**, buscando mecanismos de concertação entre os agentes locais. Propusemos que um bom caminho a ser trilhado é aquele baseado em apoio aos sistemas locais de produção. Tendo como central que a inovação é o fator de dinamicidade e endogeneidade do desenvolvimento, sugerimos que os SLPs propiciam um bom contexto de pontencialização das inovações. Não podemos, contudo, achar que a solução para nossa inserção independente no mundo globalizado está definitivamente nos SLPs. As assimetrias tecnológicas e de conhecimento, mesmo que em menor nível, ainda persistem. Como são estas as chaves para a superação de nossa histórica posição em etapas subordinadas na divisão internacional do trabalho, devemos avançar na busca de soluções para os gargalos em nossos frágeis arranjos econômicos e sociais.

⁹ Regulação no sentido da abordagem regulacionista: equilíbrio entre um regime de acumulação e um modo de regulação.

BIBLIOGRAFIA

DANTAS, Marcos. Capitalismo na Era das Redes: **Trabalho, Informação e Valor no Ciclo da Comunicação Produtiva**. In: LASTRES, Helena M. M. e ALBAGLI, Sarita. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KLINK, Jeroen J. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro. DP&A editora, 2001.

LASTRES, Helena M. M., VARGAS, Marco A. e LEMOS, Cristina. **Novas políticas na economia do conhecimento e do aprendizado**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nota Técnica 25, dezembro de 2000.

LEMOS, Cristina. **Inovação na Era do Conhecimento**. In: LASTRES, Helena M. M. e ALBAGLI, Sarita. Informação e Globalização na Era do Conhecimento. (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

NAJBERG, Sheila e VIEIRA, Solange P. **Modelos de Geração de Emprego Aplicados à Economia Brasileira: 1985/95**. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, V. 3, N. 5. P. 63-86, JUN. 1996.

PAIVA, Carlos A. **Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?** Porto Alegre. FEE, 2004. (Documentos FEE; n. 59).

_____. **Fundamentos para uma teoria e uma política de desenvolvimento regional: de Porter a Marx, de Marx a nós**. In: BECKER, Dinizar F. e BANDEIRA, Pedro S. (org.).

Respostas Regionais aos desafios da globalização. Vol. 2. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

_____ e CAMPREGHER, Gláucia. (org.). **Marco Referencial do Plano Plurianual 2004/2007**. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002. (CD-Rom).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SASSEN, Saskia. **As cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHMITZ, Huber. **Sistemas Locais de Produção e desafios globais: a indústria calçadista no Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul**. In: CASTILHOS. Clarisse. C. Programa de apoio aos sistemas locais de produção: a construção de uma política pública no RS. (coordenação). Porto Alegre: FEE; SEDAI, 2002.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

VILLASCHI, Arlindo e CAMPOS, Renato R. **Sistemas/arranjos produtivos localizados: conceitos históricos para novas abordagens**. In: CASTILHOS. Clarisse. C. Programa de apoio aos sistemas locais de produção: a construção de uma política pública no RS. (coordenação). Porto Alegre: FEE; SEDAI, 2002.